

Aspectos da pesquisa em lingüística

Maria Beatriz Nascimento Decat

Doutora em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas pela PUC-SP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da UFMG. E-mail: bdecat@uol.com.br

Resumo O presente trabalho discute alguns aspectos envolvidos na pesquisa em lingüística, através de um conjunto de reflexões sobre algumas indagações que afloram à mente do pesquisador iniciante nas investigações sobre a linguagem.

Introdução

Discorrer sobre a pesquisa em lingüística – seja no nível internacional, seja apenas no nível brasileiro – constitui uma tarefa difícil, árdua, que exigiria de qualquer estudioso um conhecimento profundo a respeito de todo trabalho que se faz (e que já se fez) tendo a língua/linguagem como objeto de investigação, em diferentes aspectos, à luz de diversas teorias (essas, muitas vezes, opostas, conflitantes), levando em conta diferentes épocas, diferentes objetivos tanto de quem estuda a língua quanto de quem dela é usuário, para citar somente alguns dos assuntos que poderiam ser contemplados numa pesquisa lingüística.

Uma tal abrangência já se apresenta como motivação para um recorte no tratamento do assunto. Não pretendo, portanto, traçar uma espécie de viagem histórica dos estudos realizados pela Lingüística até os dias de hoje. Vários são os autores e especialistas no assunto que já se dispuseram a essa árdua missão e o fizeram com a profundidade suficiente para atender àqueles que se vêem na necessidade de tomar conhecimento panorâmico do tipo de trabalhos/pesquisas realizados por todo o mundo.

Minha experiência não só como professora-pesquisadora, mas também como orientadora de trabalhos acadêmicos, mostrou-me que o problema maior do aluno é o de como chegar a seu objeto de pesquisa, que passos seguir, em que pressupostos teóricos se basear, dentre outros aspectos.

O recorte¹ que pretendo apresentar abrange aspectos que dizem respeito não tanto a “quem faz o quê”, mas principalmente ao que é “fazer pesquisa lingüística”. Tal abordagem levará em conta alguns tópicos, deixando, assim, explícita minha concordância com Biber,

¹ Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada em comunicação na mesa-redonda “Perspectivas de Pesquisa em Estudos Lingüísticos”, na UNESP-São José do Rio Preto, outubro de 2002. Agradeço aos colegas Geovane Fernandes Caixeta e Sueli Maria Coelho os comentários e sugestões para a elaboração da atual versão.

Conrad & Reppen (1998, p. 1), quando afirmam que “mais do que olhar o que é teoricamente possível numa língua” o importante numa pesquisa é examinar “a língua real usada em textos que ocorrem naturalmente”. Dessa forma, faço algumas reflexões sobre questões que considero pertinentes à pesquisa lingüística. Evidentemente, as considerações a serem feitas não têm a pretensão de esgotar todos os caminhos e percalços pelos quais passa uma pesquisa lingüística. Sempre irá surgir algo em que não se tinha pensado antes, pela própria natureza do nosso objeto de trabalho, que é a linguagem, esse organismo vivo, atuante e, por isso mesmo, exposto a um constante processo de adaptação e mudança, conforme procura lembrar Dutra (2004).

Passo, a seguir, à discussão de alguns aspectos, esperando que os problemas neles apontados venham a servir como convite a uma reflexão, e não como uma proposta para estabelecimento de crenças e parâmetros de análise definitivos. Tais aspectos são elencados em forma de perguntas, tendo em vista se originarem em indagações que normalmente afligem aqueles que se iniciam na pesquisa.

1. O que significa trabalhar/pesquisar a língua/linguagem?

Uma pergunta como essa suscita imediatamente, a meu ver, uma postura seguida da adoção de uma concepção de linguagem. Não se trata de discutir as diversas concepções de linguagem, por não ser esse o objetivo deste texto. Deixo, no entanto, claro que entendo que uma pesquisa lingüística realizada nos tempos atuais não pode deixar de encarar a linguagem como um processo dinâmico, fazendo parte ou constituindo, ela mesma, o meio de interação entre os membros de uma comunidade lingüística. Dessa forma, assumo que uma pesquisa sobre a língua deve partir da adoção de uma concepção de linguagem como, nos termos de Koch (1995, p. 110), “lugar de interação, de constituição das identidades, de representação de papéis, de negociação de sentidos”. Em outras palavras, sendo a própria interação, a linguagem tem de ser considerada não só sob o aspecto do sistema que constitui a língua, mas também levando em conta seus usuários, as condições de produção dos textos, orais ou escritos, as práticas sociais que levam a seu uso, determinando, também, os gêneros textuais advindos dessas práticas sociais, e considerando os papéis exercidos pelos usuários dentro de cada prática social em que a linguagem está envolvida. Assim, pesquisar a língua/linguagem não significa simplesmente tomar conhecimento do que outros já fizeram ou disseram, mas trabalhar diretamente com a língua em seu real funcionamento. Fazendo uso de um registro mais informal, eu diria que para se fazer uma pesquisa lingüística tem-se de “botar a mão na massa”, constituída pelos dados de uso real, como será discutido mais adiante.

Revista Alpha, (6): 278-291, 2005

2. Qual deve ser o objeto da pesquisa lingüística?

À primeira vista, essa parece uma pergunta um tanto óbvia. Se a pesquisa é lingüística, vai-se trabalhar com a análise de alguma língua! Esse, no entanto, não é o centro das preocupações quando se empreende um trabalho dessa natureza. Na verdade, a questão principal é o que pesquisar, que aspecto da língua ou que fato lingüístico vai merecer um estudo mais acurado, constituindo o objeto da pesquisa. Essa não é uma tarefa fácil. A escolha vai depender do tipo de estudo que se quer fazer: se um estudo da estrutura da língua ou se um estudo dos usos a que os falantes/escritores dela fazem; nesse segundo caso, trata-se de um estudo não da língua vista como um código, mas como um conjunto de usos, cujo estudo procure investigar como os usuários exploram os recursos de que sua língua dispõe.

Por outro lado, é bom que se tenha em mente que nenhum assunto ou fato lingüístico já está suficiente e definitivamente analisado, de modo a impedir que o pesquisador se lance sobre ele. Nada na ciência é definitivo. Assim, nunca haverá um assunto “ultrapassado”, “velho”, ou qualquer coisa semelhante. Em outras palavras: *nada para se jogar fora, para se desprezar!* O fato lingüístico é multifacetado, ou seja, ele não apresenta um só aspecto, um só de seus lados para ser analisado. Há outros, talvez não tão interessantes na mesma medida, mas sempre os há. Além disso, o que trará o interesse de uma pesquisa será a faceta escolhida para análise e a abordagem, o tratamento que se dará a ela. Ainda que o fato já tenha sido alvo de muitas análises, sempre haverá uma maneira nova de se refletir sobre ele e de analisá-lo. Logo, todo aspecto da língua, todo fato lingüístico merece ser estudado em qualquer época. Uma postura como essa só vem corroborar o que foi dito acima sobre o dinamismo da língua/linguagem que, por ser um organismo vivo, está em constante processo de alteração, de mudança. Logo, um mesmo fenômeno lingüístico, uma estrutura gramatical, uma concepção qualquer poderão e deverão ser revistos com o passar do tempo, constituindo, assim, novos objetos de pesquisa.

Como decorrência dessa questão maior — o objeto de pesquisa — costuma surgir, principalmente da parte de um pesquisador iniciante, a famosa indagação: para que, ou para quem, vai servir essa pesquisa? Muitas e variadas são as respostas, que vão, por sua vez, depender dos objetivos do pesquisador. Primeiramente, uma pesquisa pode servir apenas como uma satisfação pessoal do investigador. Pode-se dizer que ‘é a pesquisa pela pesquisa’, ou, como querem alguns, ‘a pesquisa pura’ (que nem sempre serve só para satisfazer o ego do lingüista). Por outro lado, a pesquisa pode servir a um esforço de (re)descoberta de mecanismos que regem o funcionamento da língua. E aí surgirá novamente a questão: trata-se de trazer novos conhecimentos ao pesquisador, sem nenhuma outra intenção a não ser a de enriquecer o próprio conhecimento? Ou terá uma pesquisa desse tipo um objetivo decorrente da própria natureza do objeto de estudo, qual seja um objetivo didático-pedagógico, no sentido de promover uma maior compreensão, por parte dos alunos, de fenômenos da língua que trazem, em si, um certo grau de dificuldade, por força de sua complexidade? Nesse caso, trata-se de uma pesquisa ‘aplicada’? E nessa insistência em sa-

ber para que serve uma pesquisa, pode-se até obter uma resposta simples e bem objetiva: é para que o pesquisador possa obter algum tipo de titulação que o fará galgar mais um degrau em sua carreira docente.

Particularmente, atrevo-me a dizer que se deve pesquisar aquilo de que se gosta, aquilo para o qual a atenção do pesquisador está voltada, seja por que motivo for: simples empatia com o assunto, necessidades de aprimoramento pedagógico, ou a mera urgência, a que muitos são expostos pelas instituições em que trabalham, de obter um certificado mais alto para atender às exigências de órgãos superiores governamentais. Trabalhar com o que gosta leva o pesquisador a tentar, ao máximo, aprofundar sua pesquisa, ainda que examinando um pequeno aspecto dentre os muitos que certamente se lhe apresentaram, ou o atraíram.

3. Quais são os dados para a pesquisa?

A escolha dos dados com os quais se vai trabalhar é um outro grande problema principalmente para quem não tem o hábito da pesquisa (e, mesmo que tenha, algumas vezes torna-se difícil encontrar, na língua, o material de que se necessita para a análise). A grande indagação, nesse caso, é sobre que tipo de material lingüístico utilizar como dados para a pesquisa que se quer empreender.

Para se resolver esse tipo de questão, torna-se necessário lidar com uma série de conceitos e aspectos da própria atividade de análise. Primeiramente, se o pesquisador tem como fundamentação teórica uma teoria de cunho mais tradicionalista, como, por exemplo, a gramática tradicional, os dados por ele trabalhados terão, em relação a outros tipos de dados, uma diferença crucial: a gramática tradicional, além de não ter como meta primordial explicar e descrever dados da língua, trabalha somente com um dos registros de língua — a modalidade escrita do registro culto, baseado no uso lingüístico daqueles considerados como os que dominam a língua, ou seja, os bons escritores. Ao contrário, outras teorias/abordagens irão tomar como dados as ocorrências da língua em atividade, em seu funcionamento real: são os dados orais. Assim, vão importar, para o pesquisador, diversos tipos de discurso oral, do mais informal ao mais formal, levando-se em conta, nesses casos, um dos aspectos mais importantes no tratamento da língua, que é o fenômeno da *variação lingüística*, entendida, aqui, não somente como a variação sofrida pela língua por força das mudanças ocorridas através do tempo, mas como as diferentes manifestações ou formas de materialização lingüística assumida de conformidade com o *gênero textual* pretendido pelo usuário em sua produção textual. (Por exemplo, um telefonema vai ser diferente de uma conversação face a face, no caso da língua oral; e uma carta pessoal vai ser diferente de uma correspondência oficial, no caso da língua escrita). Tal tratamento de dados considera, pois, as condições de produção, as quais devem ser entendidas não somente como o contexto situacional, mas como a ação conjunta de fatores tais como: objetivos do falante/escritor, papéis por eles mantidos na situação de interlocução, o tipo de conhecimento por eles parti-

lhado, a perspectiva que um dos interlocutores quer dar a seu discurso, de modo a atingir seus objetivos comunicativos em relação ao outro, etc. Passam a ter importância para o pesquisador dados coletados em conversações informais, entrevistas, produções orais com maior grau de formalidade como palestras, aulas, exposições de modo geral; em resumo, interessam ao pesquisador dados de todos os tipos de manifestação oral mediada pela linguagem, tendo no *gênero textual* o elemento propulsor, aquele que determina a forma que a manifestação lingüística — o discurso, o texto — vai assumir. E numa abrangente gama de gêneros textuais estão envolvidos conceitos como variação, registros, etc.

Além do mais, tudo isso pode ser pesquisado sob duas perspectivas: a da oralidade e a da escrita. Até este ponto só mencionei a modalidade oral. Entretanto, os mesmos tipos de conceitos e preocupações envolvidos na análise de dados dessa modalidade estarão também presentes nas análises de dados de língua escrita. O que importa é que o pesquisador delimite muito bem o seu *corpus* (oral, escrito, ou os dois, numa atividade comparativa, se for o caso). A pesquisa lingüística também poderá centrar-se numa análise longitudinal, melhor dizendo *diacrônica*, baseada em dados de diferentes períodos da língua. De modo geral, pesquisas nessa dimensão temporal acabam por se ater a dados escritos, por força da ausência de tecnologia apropriada em outras épocas para a coleta de dados orais. Mesmo numa dimensão *sincrônica*, a análise poderá fundamentar-se nos fatos lingüísticos exibidos na modalidade escrita da língua. Ou seja, não importa a modalidade (oral ou escrita), nem a dimensão (diacrônica ou sincrônica). Importa que uma pesquisa, nos dias atuais, não pode prescindir de *dados reais*, para uma maior confiabilidade de seus resultados.

Acrescente-se, ainda, o fato de que, qualquer que seja o *corpus* utilizado na pesquisa, os resultados vão ser sempre provisórios, o que é devido, por um lado, ao fato de que a língua está em constante mudança e, por outro, ao fato de que um mesmo *corpus* pode ser objeto de análises baseadas em abordagens diferenciadas, em pressupostos teóricos diversos. Logo, não há, para a pesquisa tomada em seu sentido geral, nenhuma preferência quanto ao tipo de dados a serem analisados. A escolha desses estará vinculada aos objetivos do pesquisador e à natureza do próprio objeto de estudo: se se trata de língua oral ou escrita, se é formal ou informal, se se trata de uma carta pessoal, ou de um telegrama, ou de um telefonema, ou de um trabalho acadêmico, ou de um bilhete, e assim por diante. Sobre isso voltarei a tecer outras considerações mais adiante.

Como sustentam Biber, Conrad & Reppen (1998, p. 3), a pesquisa/estudo de uma língua com base em *corpus* leva o pesquisador a encontrar “padrões de uso e analisar fatores contextuais” que, apesar de apresentarem desafios metodológicos difíceis, não se apóiam, como o fazem os estudos tradicionais, dentre outros, em intuições ou em dados introspectivos. Para esses autores, o uso desse tipo de dados levaria à necessidade de se fazer uma análise com base numa “grande quantidade de língua coletada de muitos falantes, para nos assegurarmos de que não estamos baseando conclusões em umas poucas idiosincrasias do falante.” Ao mesmo tempo, eles tentam mostrar que o trabalho com um

número muito grande de dados pode também trazer outros tipos de complicações e dificuldades, que acabariam por comprometer os resultados. Para esses autores, uma abordagem que faça uso de *corpus* caracteriza-se por ser *empírica* (analisando os padrões reais de uso em textos naturais) e utiliza uma grande e essencial coleção de *textos naturais* (conhecidos como o *corpus*) como base para a análise. Além disso, análises desse tipo costumam fazer um uso extensivo de computadores, com diferentes técnicas (inclusive interativas), e, por fim, dependem de técnicas de análise tanto *quantitativa* quanto *qualitativa*. É importante ressaltar que não considero a obrigatoriedade de uma análise quantitativa para qualquer tipo de pesquisa lingüística; reconheço, no entanto, que, na medida em que sua execução for viável, uma análise quantitativa pode não só enriquecer a análise qualitativa, como também fornecer muita explicação, exemplificação e interpretação de padrões encontrados na própria análise quantitativa. O objetivo de uma tal análise não é simplesmente apontar achados quantitativos, mas explorar a importância desses achados para o aprendizado sobre os padrões de uso da língua.

Toda essa discussão sobre os dados para uma pesquisa conduz a um outro aspecto também importante para a análise lingüística, e que é discutido a seguir.

4. Qual a melhor teoria para os estudos sobre a língua/linguagem?

A esse tipo de pergunta estão atreladas preocupações como, por exemplo, a de *qual tipo de abordagem teórica explica melhor o que o corpus aponta*. Ou ainda: que tipo de perspectiva se deve dar à análise? Qual a teoria que está “em moda” ultimamente? De início já me coloco totalmente contrária a modismos, de quaisquer níveis e naturezas, no que diz respeito aos estudos lingüísticos. Não existe teoria melhor que outra, não existe abordagem mais rica que outra, ou coisas igualmente ‘folclóricas’. O que existe, a meu ver, são *teorias adequadas, baseadas em quadros teóricos que apresentem uma certa coerência, e que sirvam aos objetivos estabelecidos pela pesquisa/estudo*. Dessa maneira, pode-se até dizer que a abordagem tradicional é tão boa quanto qualquer outra, até a mais moderna. Isso porque, o que importa é que a teoria seja adequada para aquilo que se pretende. Por exemplo, Dutra (2004, p. 12) chega a sugerir, para implementar o ensino-estudo da língua materna, o uso de

nossos livros de gramática como pontos de partida para construção de ferramentas iniciais com as quais poderemos começar a tarefa de redescobrir a gramática de nossa língua. Como toda ferramenta rudimentar, cada conceito e cada definição precisam necessariamente ser aprimorados, para que possamos então revelar de maneira satisfatória a natureza desse sistema lingüístico que buscamos, constantemente, descrever. Esse aprimoramento se faz naturalmente necessário toda vez que deparamos com uma construção que foge às nossas expectativas gramaticais.

E convida os estudiosos/pesquisadores a fazerem “da língua oral o pano de fundo contra o qual descrições e análises devem ser testadas e aprimoradas”. (DUTRA: 2004, p. 12-13). Por tudo isso, e porque estou interessada na língua em seu uso real, considero *a inter-*

pretação funcional dos dados (abordagem funcionalista) não como a melhor teoria, mas como a mais adequada quando se quer dar, numa pesquisa, *foco no uso*. E nesse caso também concordo que uma análise quantitativa poderá enriquecer a análise qualitativa. No entanto, adotar o funcionalismo como teoria mais apropriada para uma análise baseada em *corpus* não significa deixar de lado o *estudo da estrutura* da língua, pois o conhecimento do sistema da língua, ou seja, de como se organizam internamente suas estruturas, pode levar a um melhor esclarecimento sobre certos usos mais freqüentes que outros, ou mesmo a preferência absoluta por um determinado uso. Uma pesquisa que leve em conta também o estudo da estrutura, do sistema da língua, pode levar, por exemplo, a explicar a diferença de uso de construções semelhantes e equivalentes em significado e em função gramatical. Também esse tipo de estudo pode servir a estudos comparativos, seja no que diz respeito às modalidades oral e escrita, seja quanto aos usos em gêneros textuais diferenciados. Isso explica o uso que se faz, ao dia, de diferentes variedades de língua na medida em que os usuários da língua participam de diferentes situações — desde conversar com um familiar a ler um texto acadêmico ou uma obra literária.

O estudo da estrutura, do sistema da língua, e não apenas do uso, será importante quando se elabora uma pesquisa baseada na perspectiva sociointeracionista da linguagem. Mesmo que o interesse maior, nessa visão teórica, seja pelos aspectos da interação por si mesma (lugares, papéis, objetivos, etc.), o estudo do sistema da língua não pode ser deixado de lado. Por exemplo, muitas vezes depara-se com a questão da *explicitude* (tanto nos textos escritos quanto nos orais). Há situações, por exemplo, em que o que deve/pode ser explicitado e o que deve/pode ficar implícito num texto vai depender de aspectos sistêmicos. Por exemplo, explicitar, ou não, o objeto de um verbo transitivo não depende somente de fatores envolvidos na interação, mas advém de pressões do próprio sistema. O que quero dizer é que o usuário faz o que faz por pressões de naturezas diversas; mesmo assim, tudo o que ele faz é porque o sistema o permite. Por exemplo, creio que em nenhuma circunstância interativa, em nenhum gênero, sob a ação de qualquer tipo de estímulo, uma produção textual qualquer, oral ou escrita, pudesse apresentar estruturas como “livro o”, em lugar de “o livro”, mas permite “livro meu” e “meu livro”. Desse modo, qualquer que seja a perspectiva (ou abordagem teórica) utilizada para a descrição de um fato lingüístico, de um uso lingüístico, os fatores propriamente lingüísticos — no sentido restrito, pertinentes ao sistema — não podem ser deixados de lado. Já chamei a atenção, em texto de minha autoria (DECAT: 2002), para o fato de que, na preocupação de descrever o evento comunicativo, o analista se descuida exatamente do aspecto lingüístico da produção textual que terá origem naquele momento de interação! Assim, preocupa-se com a interação e deixa-se a língua/linguagem de lado. Não é novidade para ninguém, creio eu, a importância do conhecimento, não só dos itens lexicais, mas também dos fatos e relações sintático-semânticas para a produção de sentido num texto.

Uma outra forma de se elaborar uma pesquisa baseada em *corpus* é o estudo dos traços prototípicos de uma estrutura, o que vai permitir um entrosamento entre as partes da gramática, chegando mesmo a uma incorporação da pragmática na gramática. Como aponta Dutra (2004, p. 101),

certas generalizações importantes só podem ser apreendidas através do estudo das relações gramaticais a partir de situações reais de fala, como, por exemplo, o fato de certos verbos estarem ocorrendo no português contemporâneo falado no Brasil com funções discursivas específicas. Essas generalizações, por sua vez, são de importância singular para o estudo das mudanças lingüísticas que o falante está constantemente a implementar.

Continua a autora, mostrando que

embora a tarefa de descrever e analisar construções que ainda nem foram registradas em nossos compêndios gramaticais tradicionais não seja uma tarefa fácil para o professor, isso se torna muito mais viável se partirmos de um conjunto de traços prototípicos ou definidores do fenômeno gramatical a ser investigado. (pp. 115-116)

E prossegue, ainda: “De posse de tal ferramenta, torna-se possível explicitar as diferenças entre, de um lado, o comportamento gramatical de uma exceção e, de outro, o comportamento gramatical da formulação prototípica”. (DUTRA: 2004, p. 125).

Portanto, nada de falar em teoria boa/teoria ruim, teoria ultrapassada/moderna, etc. Todas as teorias lingüísticas servem, ou pelo menos tentam servir, a seus propósitos. Deve-se, ao contrário, ter a preocupação de escolher, para uma determinada pesquisa, a teoria que for mais adaptável, adequada aos objetivos estabelecidos, a que melhor descreva os dados de que se dispõe; ou, ainda, duas teorias que se complementem, por que não? Ninguém determinou que se tem de olhar um só lado da moeda. Por exemplo, o entrosamento de estudos sintáticos de base funcionalista com postulados da Lingüística Textual apresenta-se, em minha experiência, como altamente esclarecedor dos fatos. Tem-se uma visão um pouco menos micro do fato analisado. E esse ponto suscita a discussão do próximo aspecto.

5. Que partes da estrutura da língua merecem destaque para uma pesquisa?

Esse aspecto levanta imediatamente uma série de outras perguntas, tais como: *qual o grau de entrelaçamento que existe entre essas partes? Em outras palavras, que componentes estudar? Que áreas trabalhar num estudo da língua/linguagem? De onde surgem as questões para a análise?*

A escolha do objeto de pesquisa está ligada a pontos diversos. O primeiro deles, e o mais importante, eu diria, é o *corpus* de que o pesquisador dispõe. Dele podem surgir as questões para a análise. Em segundo lugar, é preciso ressaltar que qualquer parte da estrutura da língua é merecedora de pesquisa/descrição. Depende dos objetivos do pesquisador, mesmo que ele pretenda atingir outros níveis de descrição, tais como o textual-discursivo, o

pragmático. É oportuno lembrar que Gramática e Discurso estão entrelaçados. Numa análise que leve em conta a questão da *prototipicidade*, por exemplo — conjunto de traços específicos, que implica a consideração de traços morfológicos, sintáticos e semânticos —, não é possível que o estudo de qualquer fenômeno gramatical seja feito isoladamente, “sem considerar informação contida nas outras partes em que costumamos subdividir o estudo da gramática de uma língua” (DUTRA: 2004, p. 125). Por outro lado, como aponta Dutra (2004, p. 128),

descrever relações gramaticais sem considerar situações reais de uso resulta na formulação de análises limitadas, pois sentenças construídas isoladamente, muitas delas retiradas de textos escritos, embora possam ser úteis como ferramentas iniciais, não apresentam, por definição a informação gramatical que o falante manipula na construção do discurso concatenado, numa interação face a face.

Já apontei, acima, que numa pesquisa lingüística tanto pode ser trabalhada a estrutura da língua, o sistema que a organiza como podem ser feitos estudos do uso, no intuito de se saber *como* a língua é usada, como é explorada pelos usuários em situações reais de interação. Foi apontado, também, que, em qualquer caso, pode-se estudar um fato particular, num momento particular (dimensão *sincrônica*), como o fato em sua trajetória no tempo (dimensão *diacrônica*), sem falar também nas dimensões *diatrática* (extratos sociais) e *diatópica* (variação regional). Explicando melhor, quaisquer dessas dimensões podem ser estudadas sob o ponto de vista da situação (registros), do grupo social (dialetos), do período de tempo (diacronia), bem como sob o ponto de vista da modalidade (oral e escrita) e do gênero textual (cf. MARCUSCHI: 2001). Assim, as perguntas de pesquisa costumam ser: que variedades considerar? Que tipo de usuário considerar? Como elaborar estudos comparativos de diversas situações de uso? Que fatores influenciam determinado uso? (Por exemplo, o *gênero textual* determina, condiciona o tipo de materialização lingüística manifestada no texto). E mais: quando se trata de variação, é bom lembrar de trabalhar a noção de “erro”, que deve ser entendida como uma questão de adequação ao tipo de texto que se produz. A variação não constitui impedimento para que a regularidade se estabeleça na língua, como bem argumenta Assis (2002); ao contrário, é preciso admitir-se que “o ‘erro’ de ontem se tornou a norma gramatical de hoje, e o uso de hoje certamente se tornará a regra gramatical de amanhã” (DUTRA: 2004, p. 24).

6. Como tratar questões advindas do preconceito lingüístico?

Aos aspectos acima discutidos atrela-se, freqüentemente, a questão do preconceito lingüístico — tema que já foi objeto de inúmeras reflexões por estudiosos da linguagem. Tal preconceito acaba, muitas vezes, por gerar a exclusão do falante em relação ao resto da comunidade lingüística ou da sociedade. Tornou-se comum, nos dias de hoje, fazer-se alusão à “perversão” da língua, que costuma, por isso, ser tratada como “deficiente, doente, corrompida” (SIGNORINI: 2002, p. 67). Outros fazem referência aos estudos sobre a língua oral

como ‘estudos de gaguejos, de hesitações’, de ‘fala de quem não sabe falar’, e muitas outras afirmações que, a meu ver, só revelam o desconhecimento, por parte de quem faz tal tipo de afirmação, do que é a realidade da língua. A ‘corrupção’, de que também tanto se fala, tem sido atribuída, muitas vezes, à interferência de outras línguas, como, por exemplo, o inglês. Não vou entrar nesta questão, por considerá-la inócua. O fato é que preconceitos em relação à própria língua estão sendo colocados em evidência, principalmente na mídia. A questão da norma, que deve ser considerada numa pesquisa, tem sido restringida apenas à norma padrão, elegendo-se, portanto, como parâmetro de qualidade da língua. Primeiramente, é preciso que o pesquisador tenha a clareza de que *não existe uma só norma*, pois isso vai depender do tipo de regularidade que se está estudando na língua, já que a *norma é o resultado da regularidade*. Por outro lado, a qualidade, numa pesquisa que leve em conta fatores tais como a variação e a mudança lingüísticas, tem a ver com a noção de bom uso — “bom”, aqui, entendido como adequado ao público a ser atingido, às metas comunicativas. O próprio falante costuma deixar-se envolver por preconceitos quando vai fazer uso da língua em situações que não lhe são muito familiares, como, por exemplo, quando tem de gravar mensagem em secretária eletrônica, como aponta Assis (2002), em que os preconceitos, que decorrem principalmente da noção de norma culta, afloram. A solução que vejo (assim como vários outros estudiosos) para minorar ou acabar com esses preconceitos é a incorporação, aos estudos gramaticais, de discussões de âmbito extra-lingüístico; em outras palavras, trata-se de incorporar a pragmática à gramática, ou, nos termos dos PCN’s, incorporar a língua falada no estudo-ensino da língua materna. Essa é uma questão crucial para a pesquisa, porque é a oportunidade de se aliar duas áreas que deveriam ser consideradas sempre juntas: *ensino e pesquisa*. Elas devem estar sempre juntas nas atividades de sala de aula. E isso é facilmente atingível se se considerar que essa junção leva à *reflexão*. É nesse sentido que digo que o ensino está envolvido diretamente com a pesquisa, ou um é decorrente do outro.

Faço uma digressão para dizer o seguinte: ao se refletir sobre a gramática de uma língua está-se fazendo pesquisa. E nessa hora, costuma-se perguntar: que tipo de pesquisa é essa? Dessa pergunta surge a conhecida discussão em torno da consideração dicotômica entre pesquisa pura *versus* pesquisa aplicada. Particularmente, não vejo muito sentido nessa preocupação, pois cada uma tem seu valor, seu objetivo específico. O tipo de pesquisa a ser feita dependerá, como já apontei, dos objetivos de quem vai fazê-la. O importante é que o professor-pesquisador tenha consciência da necessidade de levar seus alunos à reflexão sobre a língua que eles usam. E isso é também fazer pesquisa. Por exemplo, estudar/discutir sobre a língua falada pelos próprios alunos, em diversas situações de interação (seja em sala de aula, seja fora dela, nas inúmeras práticas sociais) é um trabalho de pesquisa. E, ao mesmo tempo, serve como material pedagógico para o ensino que se pretende na escola. Conforme bem aponta Matêncio (1999, pp. 142-143),

no ensino de línguas, a linguagem é simultaneamente instrumento e objeto. O professor realiza uma atividade que inclui um *trabalho sobre a linguagem*, pois uma de suas tarefas é justamente proporcionar aos alunos a possibilidade de ampliar seus conhecimentos sobre a língua e saber utilizá-la de forma adequada nas diferentes situações da vida quotidiana. Sua atividade pressupõe também um *trabalho com a linguagem*, porque, para que ele possa ajudar seus alunos a (re)descobrir a língua (e a linguagem), aperfeiçoando sua utilização (oral e escrita), deve continuamente propor ajustes entre sua demanda de fazer, o que foi dito e o que poderia ter sido dito diferentemente. Enfim, o professor realiza ainda um *trabalho através da linguagem*, já que a linguagem é justamente seu instrumento de trabalho e lhe serve para a realização das duas outras tarefas.

É importante também ressaltar que os elementos extra-lingüísticos (hoje, aliás, não se fala mais nisso) são também deixados de lado por força do preconceito lingüístico. Entretanto, as discussões de âmbito extra-lingüístico, com a incorporação da pragmática, poderão evitar o “desenvolvimento da militância pró-língua do passado” que, segundo aponta Perini-Santos (2002, p. 228) — em resenha da obra de Bagno (2001) —, “acompanha a institucionalização do idioma”. E completa aquele autor: “Curioso: hoje em dia, mesmo que haja estudos que indicam claramente que o projeto de conservação ou de retorno ao padrão ‘perfeito’ do passado é impossível, os militantes lingüístico-conservadores continuam atuantes”.

7. Qual a influência da tecnologia moderna, em termos de mídia, na análise de uma língua?

Fiz algumas alusões, acima, ao uso da linguagem a que os usuários estão expostos ultimamente, depois do advento de tecnologias avançadas e outros sistemas de comunicação interativa. Assim, temos hoje a Internet, através da qual podem-se efetivar conversas simultâneas (as salas de bate-papo), as entrevistas, o correio eletrônico (e-mail), e muitas outras coisas que se caracterizam pela interatividade.

Também a tecnologia avançou em muitos outros aspectos, no que diz respeito a aparelhos através dos quais fazemos uso da linguagem. Nesse rol tem-se o telefone, já bem conhecido, hoje acoplado a um mecanismo mais moderno — a secretária eletrônica, que não só obriga o usuário a ouvir uma mensagem como o induz à produção de sua mensagem, o seu recado gravado, criando, muitas vezes, um certo constrangimento por parte de usuários de idade mais avançada ou que não estão acostumados ao uso dessa tecnologia. Além desses, há outros instrumentos interativos, como o fax. E tudo isso sem falar nas velhas e conhecidas cartas pessoais, tratando-se de língua escrita, dos bilhetes, das listas de compras, etc. Pesquisas que têm dados desse tipo como objeto de estudo têm de lidar com os conceitos de oralidade e escrita, de interação, de gênero textual, dentre outros aspectos. A questão da oralidade e da escrita vista dentro de um *continuum* (após terem, essas duas modalidades resultantes de práticas sociais diferentes, sido colocadas em pólos opostos) está sendo revista hoje em dia, uma vez que o uso do *continuum* não elimina a dicotomia que freqüentemente as análises costumam estabelecer entre essas duas modalidades. Não é

meu objetivo, nessas reflexões, aprofundar esse aspecto. Importa deixar registrada, nesse momento, a importância de pesquisas que vão lidar com dados como os descritos acima, que certamente irão encontrar algumas dificuldades se os pesquisadores — e entre eles inclui o professor-pesquisador, em suas atividades de sala de aula, nos termos vistos antes — não se conscientizarem de que as categorias geralmente usadas para a caracterização de certos tipos e gêneros textuais podem não mais ser adequadas à descrição que se propõe. Ou, se se empreende uma pesquisa sobre estruturas da língua (sejam elas lexicais, morfológicas, sintáticas), as categorias a que estamos acostumados — por força da própria gramática tradicional e da classificação terminológica por ela usada — nem sempre vão ser adequadas ou suficientes para se lidar com fatos cuja ocorrência só se dá através desses novos veículos que estão à disposição para a comunicação. Assim, as marcas lingüísticas com que se tem costume de lidar na língua escrita, e mesmo na língua oral em seu uso mais característico e espontâneo — a conversação — podem vir a ser outras. E a elas deve ser dada atenção através de análises sérias, pois nessas instâncias pode-se vivenciar, ainda que não se perceba, a ação de mecanismos de mudança advindos do uso dessas formas muitas vezes consideradas estranhas para quem ainda não as domina. E elas também têm sido objeto de preconceito lingüístico. Muitos têm sido os trabalhos que levam em conta esse tipo de *corpus*. Entretanto, é preciso ter cuidado para não se tentar analisar um tipo de manifestação lingüística com a utilização de categorias que se enquadram perfeitamente para outros tipos de manifestações lingüísticas, mas não se adaptam às inovações de uso acima descritas.

Considerações finais

Tudo o que foi apresentado acima pode-se resumir nos seguintes aspectos:

- a) o papel do sistema da língua na configuração/materialização lingüística de um texto deve ser levado em consideração quando da elaboração de uma pesquisa lingüística. Conforme Assis (2002, pp. 83-84), o sistema da língua “só se torna identificável e conceitualizado à medida que se podem flagrar as propriedades observáveis dos diversos textos que se utilizam em comunidade”. Uma postura como essa traz à lembrança a conhecida postulação de Hopper (1988, p. 121) de que “é o discurso real que mantém a chave para a gramática”. Para Hopper, o contexto de uso não é algo fora do significado e da classe gramatical da palavra, e não pode ser visto como uma simples complementação para a forma; ao contrário, ele é inseparável da forma. Assim, nada de ‘jogar a gramática no lixo’; não é possível conhecer uma língua sem conhecer o seu funcionamento, o seu sistema;
- b) estudos sobre a conversação, sobre o caráter dialogal das mensagens deixadas em secretária eletrônica, por exemplo, devem levar em conta a integração entre GRAMÁTICA e INTERAÇÃO, entre GRAMÁTICA E DISCURSO;
- c) também serão necessários conhecimentos da *estrutura* organizacional da língua (englobando o fluxo informacional, a evolução tópica, etc.);

- d) deve-se envidar esforços no sentido de procurar semelhanças, mais que divergências, entre os diferentes usos da língua;
- e) a modernização da tecnologia levará, certamente, a uma revisão de conceitos tradicionais sobre o funcionamento da língua; alguns usos que antes eram “proibidos pela norma” agora são essenciais na materialização lingüística de um determinado gênero;
- f) em decorrência de tudo isso, uma pesquisa deve considerar a estrutura de uma língua como sempre provisória, sempre negociável no tempo real, uma vez que a estrutura é emergente, está sempre se processando, a partir das necessidades impostas pelo uso, ou seja, em decorrência dos gêneros textuais;
- g) finalmente, não se deve abandonar as pesquisas gramaticais levadas a efeito para procurar padrões de uso típicos, mais do que fazer julgamentos de gramaticalidade. Para isso, é preciso (1) verificar a extensão em que um padrão é encontrado, e (2) analisar os fatores contextuais que influenciam a variabilidade.

Gostaria de terminar essas reflexões valendo-me de um apelo, feito por Dutra (2004, p. 9),

ao leitor interessado para que se recupere o “materno” na expressão *língua materna*. O uso metafórico de uma expressão feminina diretamente ligada à criação para designar uma língua evoca noções de acolhimento, proteção, sustentação, orientação, carinho, dedicação, em suma, toda uma série de conceitos ligados à idéia da mãe-fêmea a zelar por sua cria. É a nossa língua-mãe: aquela sob cujos olhos protetores crescemos e por meio da qual passamos a nos conhecer e a conhecer o mundo.

E continua (DUTRA: 2004, p. 12):

Num mundo que evoca o materno, os conceitos de punição, disciplina ou autoridade estão ausentes. É somente no contexto patriarcal de sala de aula que esses conceitos se manifestam. Não é, portanto, mera coincidência que os que escrevem gramáticas com o intuito de “disciplinar e corrigir a linguagem solta e sem regra” são homens, e não mulheres.

Nem sei bem se concordo com esse final, quase apoteótico, do texto de Dutra (2004). Hoje já temos gramáticas escritas por mulheres; mas nem todas deixam de lado pelo menos alguns dos preconceitos aqui mencionados. O importante a salientar é que, quer se trate de homens, quer de mulheres, o domínio das formas orais e escritas comumente valorizadas na escola não depende exclusivamente dos “saberes gramaticais da tradição escolar” (Signorini: 2002, p. 77); mas depende, isso sim, da forma como se encara a língua/linguagem a ser trabalhada, principalmente levando em conta a língua/linguagem que os próprios alunos já trazem para a escola. As variedades com que o professor se deparará, nesses casos, deverão constituir para ele, juntamente com os alunos, um importante e necessário objeto de pesquisa, em que a tônica não se fixa na desvalorização de nenhuma manifestação lingüística, mas deve caminhar para que o aluno tenha domínio/conhecimento de outras formas de realização lingüística, incluindo aí, certamente, a

língua padrão culta. Tal postura permitirá ao aluno tomar conhecimento, de forma mais concreta, da flexibilidade da língua, das várias estratégias de que o usuário pode dispor para realizar sua adequada interação lingüística, através de qualquer veículo, incluindo-se, nesse caso, a linguagem da Internet. Em tom de brincadeira eu diria: ou os usuários se acostumam a conviver e a considerar todo e qualquer tipo de uso lingüístico, seja por si mesmo, seja, principalmente, como objeto de pesquisa, ou logo, logo ficarão desempregados!...

Referências bibliográficas

ASSIS, Juliana Alves. *Explicitação/implicação no e-mail e na mensagem em secretária eletrônica: contribuições para o estudo das relações oralidade/escrita*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002. Tese de Doutorado em Estudos Lingüísticos, inédita.

BAGNO, Marcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001. Resenhado por PERINISANTOS, Pedro. *Scripta* (Lingüística e Filologia), Belo Horizonte: PUC Minas, v. 6, n. 11, p. 224-228, 2.º sem, 2002.

BIBER, D., Susan CONRAD & Randi REPPEN. *Corpus linguistics: investigating language structure and use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. (Col. Cambridge Approaches to Linguistics).

DECAT, M. B. N. Fala, escrita e gramática. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 10, n. 2, Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v. 10, n. 2, pp. 83-105, jul./dez.2002.

DUTRA, Rosália. *O falante gramático: introdução à prática de estudo e ensino do português*. Campinas: Mercado de Letras, 2004. (Coleção Idéias sobre linguagem).

HOPPER, Paul. Emergent grammar and the a priori grammar postulate, in: TANNEN, Deborah (ed.) *Language in context: connecting observation and understanding*. Norwood: Ablex Publishing, p. 117-134, 1988.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MATÊNCIO, M. Lourdes Meirelles. As aulas de língua materna: interações em construção. *Scripta* (Lingüística e Filologia). Belo Horizonte: PUC/ Minas, v. 2, n. 4, pp. 130-145, 1.º sem. 1999.

SIGNORINI, I. Nivelando 'por cima' as variedades do francês canadense lingüístico. *Scripta* (Lingüística e Filologia), v. 6, n. 11, Belo Horizonte: PUC Minas, v. 6, n. 11, pp. 64-80, 2.º sem. 2002.